

Quércia e ACM articulam chapa para Presidência

Ulysses deixa hoje o Incor, já recuperado

São Paulo — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, 71 anos, deixou hoje, às 10h00, o Instituto do Coração, onde vem se recuperando desde segunda-feira, de uma angioplastia (procedimento não cirúrgico que substitui a ponte de safena) que eliminou uma obstrução de 95% em uma das artérias que irrigam o coração. Segundo o cardiologista Giovanni Bellotti, Ulysses deverá permanecer dois ou três dias repousando em São Paulo e já na segunda-feira reassumirá suas funções na Constituinte.

Um dos indícios de que o deputado está recobrando a antiga forma é que ontem de todas as pessoas que foram visitá-lo no hospital (entre elas o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, e o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles Menezes), Ulysses concordou em receber pessoalmente apenas seu assessor jurídico na Constituinte, Miguel Reale Júnior.

Segundo o jurista, Ulysses está ansioso para voltar o quanto antes ao trabalho e se sente em pleno vigor físico e com agilidade mental para enfrentar esta nova etapa da Constituinte. Sobre a possibilidade de o deputado assumir interinamente a Presidência da República durante a viagem fará o presidente José Sarney far a o México na próxima semana, Reale afirmou: "Se ele estiver em absolutas condições, não há motivo para que isso não ocorra. Depende, no entanto, do andamento dos trabalhos da Constituinte. É uma decisão que o deputado tomará mais tarde".

De acordo com o secretário particular do deputado, Osvaldo Manicardi, Ulysses tem aproveitado ao máximo seu tempo para descansar. No que diz respeito a exames médicos, tem feito apenas eletrocardiograma e, cumprindo as recomendações da equipe que o assiste, tem caminhado pelo quarto e pelo corredor do hospital.

Segundo o boletim médico divulgado às 13 horas, o deputado Ulysses Guimarães encontra-se em franca recuperação do procedimento a que foi submetido. Desempenha atividades normais e deverá ter alta amanhã (hoje)".

Benevides deseja regimento rápido

O presidente interno da Assembleia Nacional Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vai tentar por todos os meios chegar a um consenso, no sentido de que seja aprovado o menor espaço de tempo a reforma do Regimento Interno da Constituinte depois de apreciar as 45 emendas apresentadas, para que sejam imediatamente retomados os debates de elaboração da nova Constituição do País. A votação do novo Regimento Interno está prevista para a próxima terça-feira (24).

A reunião de Benevides e da Mesa da Constituinte com os líderes partidários foi adiada de ontem para hoje, quando então serão iniciados os contatos para que se encontre uma forma consensual para o Regimento Interno, impedindo ainda mais o retardamento dos trabalhos de elaboração do texto constitucional. Segundo Benevides, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, já tomou conhecimento em São Paulo, das propostas do grupo "Centrão" de alterar o Regimento e do parecer elaborado por Benevides e das emendas apresentadas.

Após retornar de São Paulo domingo, Ulysses assume pessoalmente os entendimentos, para que, segundo Benevides, não seja mais permitida nenhuma divergência que atrase os debates da Constituinte. Aprovado o texto definitivo do Regimento, só aí é que haverá um novo calendário para a Constituinte, para o início das sessões de plenário. As previsões mais otimistas estimam que elas começarão por volta dos dias quatro ou cinco de dezembro. Os mais pessimistas preferem acreditar que as discussões de plenário se iniciarão lá pelo dia nove de dezembro.

Regimento

Ontem, ao final da reunião da Mesa da Constituinte, Benevides reiterou que não permitirá que as mudanças do Regimento Interno incidam sobre títulos inteiros do substitutivo, como querem os signatários do "Centrão" mas somente para capítulos, seções e subseções. E ainda, para que sejam aceitos requerimentos de preferência, será necessário apenas um terço da maioria, ou seja 187 assinaturas, ao invés da metade mais um, 280 assinaturas, como pretendem o "Centrão". Benevides, entretanto, frisou que aquela matéria que houver sido destacada será votada antes da matéria aprovada. O número para apresentação de destaques e emendas permanece o mesmo: três emendas e seis destaques.

Membros do "Centrão" não admitiam ontem em hipótese alguma ser acusados de retardar os trabalhos da Constituinte. Eles também querem que os debates sejam reiniciados assim que se chegue a um consenso para a reforma do Regimento Interno da Constituinte.



O senador Covas (na foto ao lado de Roberto Cardoso Alves) não quer precipitações

Covas prefere esperar plenário para decidir sobre candidatura

Foi aberta no PMDB a temporada de articulações para a sucessão presidencial, mas tão cedo não haverá lançamentos de candidaturas. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, foi instado em várias conversas e reuniões nas últimas horas a sair à frente na corrida sucessória. Não aceitou, alegando ser necessária antes uma definição melhor do quadro político e da própria Constituinte. O governador Orestes Quércia, outro forte candidato no PMDB, também não pretende se lançar antes de definidas as regras pela Constituinte, mas desde já se articula em três frentes: 1) — com os governadores do seu partido; 2) — busca um entendimento com os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, que já firmaram um pacto informal de tomarem uma decisão juntos; 3) — abre espaços junto a setores do PFL.

O deputado Ulysses Guimarães, candidato histórico do PMDB, doente, não pode iniciar após a aprovação pela Comissão de Sistematização de mandato de quatro anos para o presidente José Sarney qualquer articulação em favor de sua candidatura. Nenhum dos demais candidatos fortes do PMDB quer atropelá-lo, pois todos consideram seu apoio decisivo para uma vitória na Convenção Nacional do Partido. Seu problema cardíaco refreou temporariamente o ímpeto de alguns presidenciais.

Mário Covas, que ontem à tarde se reuniu com os integrantes do Movimento de Unidade Progressista, tem dito a todos os seus interlocutores que é preciso avançar e concluir os trabalhos constituintes antes do lançamento de candidaturas. Ele também não assume desde agora compromisso de ser candidato, afirmando que depois

da Constituinte «pensa-se no assunto». O que, aliás, é uma postura diferente em relação às suas reiteradas declarações de que não seria candidato por ter como objetivo disputar o governo de São Paulo.

Os políticos mais próximos a Covas consideram muito difícil que, mantido o sistema presidencialista, ele se viabilize como candidato do PMDB à Presidência da República. Sua alternativa seria a criação de um novo partido, formado a partir de um conjunto de políticos que dizem representar o PMDB histórico. Já no parlamentarismo, as dificuldades internas no PMDB seriam bastante reduzidas: candidatos fortes como Orestes Quércia se desinteressariam da disputa, enquanto outros como Ulysses e o próprio senador José Richa poderiam optar pelo cargo de primeiro-ministro, que tem mais poder.

Programa de Brizola insiste nas diretas

Rio — O PDT gravou ontem à noite, nos estúdios da TV-Manchete, o seu programa para o horário de propaganda política gratuita, que vai ao ar sexta-feira. Leonel Brizola, como sempre acontece nessas ocasiões, vai ocupar mais de dois terços do horário.

As eleições diretas e o presidencialismo, além das críticas ao Governo, serão os temas principais do programa, que passou a dar maior importância à derrubada do parlamentarismo do que às "diretas-já".

O PDT acha que o mandato de Sarney de quatro anos, a ser confirmado pelo plenário da Constituinte, é irreversível.

O PDT também confirmou para dezembro seus dois primeiros comícios, agora muito mais antiparlamentaristas do que a favor das diretas. O primeiro, no Rio, deve ser realizado no dia 11 de dezembro, e o segundo, em São Paulo, ainda não tem data marcada. Os brizolistas estão certos da presença de Lula e de vários dirigentes e líderes do PT nos dois comícios.

Simon teme pressão dos candidatos a Presidente

Porto Alegre — O governador Pedro Simon (PMDB), está muito preocupado com a forte pressão que os candidatos a presidente em campanha farão sobre os constituintes, ação que, acredita, poderá inviabilizar o parlamentarismo. Lembrou que todos os candidatos, independentemente de suas ideologias, defendem o presidencialismo e devem agir contra o sistema parlamentarista. Advertiu que o parlamentarismo com um mandato de quatro anos para José Sarney poderá provocar o fracasso histórico do parlamentarismo.

Burity afirma que houve "cassação"

Recife — O governador da Paraíba, Tarcísio Burity, acusou, ontem, os constituintes de terem agido como antes fazia o Executivo, "cassando mandatos, como fizeram agora com o do Presidente, cassando-o em dois anos". Na opinião de Burity, os políticos perderam a excelente ocasião de consolidar a abertura de forma tranquila, e aconselhou os que não concordaram com a tese do Governo a passar para a oposição: "no meu Estado, eu não poderia aceitar os políticos que me combatem e ao mesmo tempo querem apoio para as suas reivindicações. Quanto aos cargos, é preciso ter uma posição muito nítida de se estar com o Governo ou contra ele", disse o governador, mesmo insistindo que o clima de retaliação não é "desejável" neste momento.

A crise política que o País enfrenta, segundo Burity, está sendo criada artificialmente, "por políticos que teriam a responsabilidade de evitá-la e pelos candidatos à Presidência da República". Lembrando que era um defensor de tese que se deveria respeitar o tempo fixado para o mandato do Presidente atual Constituinte, o governador paraibano acha que a partir de agora qualquer critério sobre o tempo de mandato passa a ser válido.

Parlamentarismo recebe pressões

Envolto por problemas de ordem política e técnica, o parlamentarismo, na opinião de muitos parlamentaristas, tende a se inviabilizar no plenário da Constituinte. "O grande problema do parlamentarismo é o texto", reconhece o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que aponta uma série de contradições no substitutivo da Comissão de Sistematização.

Como se não bastassem as pressões externas a favor do presidencialismo, a implantação do parlamentarismo bate nas seguintes incongruências implícitas e explícitas do Texto: 1) Eleição Direta para Presidente da República; 2) Voto proporcional e não distrital; 3) A implantação não simultânea nos estados; 4) Permanência do presidente Sarney ainda no sistema; 5) A pulverização partidária; 6) Rejeição de uma nova eleição para o Congresso e, 7) O desacordo entre os parlamentaristas quanto à data da implantação.

Bornhausen vai insistir na adoção do parlamentarismo, embora já ache muito difícil a sua adoção. Por isso, está propondo que, 60 dias antes da eleição para Presidente, seja feito um referendo popular sobre o novo sistema.



Lula será lançado dia 13

PT tem data para lançar o nome de Lula

O PT vai aproveitar um comício marcado para o próximo dia 13 de dezembro, em São Paulo, para lançar publicamente a candidatura do deputado Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Inicialmente previsto para defender o sistema presidencialista e as eleições para o sucessor do presidente Sarney do próximo ano, o evento marcará também o lançamento do programa de governo que está sendo preparado pelo PT, segundo informou o deputado José Genoíno (SP).

O PDT também já discute o lançamento da candidatura do ex-governador Leonel Brizola. Segundo o líder do partido na Câmara, deputado Brandão Monteiro, o assunto deverá ser tratado no próximo domingo, quando será realizada no Rio uma reunião do diretório regional pedetista. Favorável ao lançamento imediato da candidatura Brizola, Brandão Monteiro acha que, além de levar esperança ao povo, a campanha poderá influenciar o plenário da Constituinte a manter o mandato de quatro anos para Sarney e a aprovação do presidencialismo.

Governador de SP faz defesa de plebiscito

Bauri e Ibitinga (SP) — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem a realização de um plebiscito em nível nacional, para saber se os eleitores brasileiros desejam ou não a mudança do sistema de governo de presidencialista para parlamentarista.

"O que eu acho mesmo é que o Congresso Nacional deveria votar a manutenção do sistema presidencialista de governo. Mas como há muita indefinição, deveria ser feito um amplo plebiscito para saber o que o povo quer. Precisamos atender as aspirações da população", afirmou Quércia.

Para o governador, não é com a mudança do sistema de governo que o País irá resolver os seus problemas econômicos.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, vem mantendo há alguns dias contatos com o governador paulista Orestes Quércia, com vistas à eleição presidencial do próximo ano. Essas articulações, que levam em conta a perspectiva de o plenário da Assembleia Nacional Constituinte manter a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos, têm como base a possibilidade de lançamento de uma chapa presidencial que teria na cabeça Orestes Quércia e como provável vice o próprio Antônio Carlos Magalhães.

Ao fazer a revelação, ontem, o deputado Alceni Guerra, previu que as negociações somente não prosperarão se o ministro Aureliano Chaves definir a curto prazo sua própria candidatura à Presidência. Se este lançamento não ocorrer logo, ele teme que haja uma divisão do PFL, com a maior parte do partido decidindo-se por seguir a orientação do Palácio do Planalto, sob a orientação do ministro das Comunicações.

A informação sobre os entendimentos entre Magalhães e Quércia foi confirmada por outros integrantes do chamado bloco "dissidentes" do PFL, que pregou o rompimento com o Governo.

Entre os pefelistas, é nítida a diferença de opiniões sobre os rumos da sucessão presidencial: os "dissidentes" apontam para a necessidade de o partido se lançar logo na disputa, apresentando o ministro Aureliano Chaves como candidato. Os que defenderam a continuidade do apoio do PFL ao Governo, na reunião do Diretório Nacional ocorrida há cerca de um mês, acham que o partido deve esperar o fim da Assembleia Nacional Constituinte, para que todas as regras da disputa sejam definidas. As previsões, de qualquer modo, são pessimistas em relação a um possível lançamento imediato de Aureliano Chaves. Hoje, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, pede a Aureliano uma

definição sobre o assunto. Aureliano receberá também a visita do senador Jorge Bornhausen, ex-ministro da Educação e ex-presidente do partido. Os deputados Saulo Queiroz (secretário-geral do PFL) e Jayme Santana (MA), também conversam com Aureliano nas próximas horas, para pedir a ele uma definição sobre sua candidatura.

O deputado Alceni Guerra observa que, por uma questão de ética, é preciso aguardar essa definição de Aureliano Chaves, e prevê que, sem ela, o ministro das Comunicações dará curso à estratégia com Quércia "ou outro paulista bom de voto". Sobrará uma ala minoritária, cujo direcionamento, segundo o parlamentar (que está entre os dissidentes), é imprevisível. "Mantido o quadro atual, de confronto com o Palácio do Planalto, nós tomaremos um rumo diferente dessa ala majoritária", observa ele, acrescentando que os dissidentes deverão apoiar outro paulista, que pode vir a ser o senador Mário Covas. A única forma de unir o PFL — acrescenta ele — é o lançamento imediato da candidatura Aureliano Chaves.

Os deputados Luís Eduardo (filho do ministro das Comunicações) e Inocêncio Oliveira, que não pertencem a dissidência, defendem a tese de se aguardar até o final da Constituinte. Para Luís Eduardo, é difícil se manter o parlamentarismo quando da votação em plenário, mas mesmo que o novo sistema seja mantido, acredita ele, "acabará sendo inviabilizado durante a própria disputa sucessória", pois a campanha deve ser em cima de um programa de Governo e portanto não há como imaginar numa campanha para "chefe de Estado". Já o deputado Inocêncio Oliveira acha difícil modificar o que foi aprovado na Comissão de Sistematização. "O PFL deve esperar, pois uma candidatura que é boa para o presidencialismo pode não ser boa para o parlamentarismo", argumenta ele.

Partido apela a Aureliano

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, tentará obter hoje uma definição clara do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, quanto a sua candidatura à Presidência da República. Alguns dos dissidentes liderados pelo senador já examinam a alternativa de apoiar o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, caso Aureliano desista da sucessão.

Maciel, os senadores Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira e os deputados Jayme Santana e Saulo Queiroz, secretário-geral do partido, vêm fazendo avaliações da redução

do mandato do presidente Sarney e chegaram a uma conclusão básica: sua maior preocupação, agora, é de que, sem um posicionamento claro do ministro, e com a perspectiva de eleições presidenciais no próximo ano, o partido se fragmente em torno de outros presidenciais.

O grupo quer se definir com brevidade em relação à sucessão e ficou confuso diante de informações de que Aureliano não quer mais ser candidato, provavelmente em função da aprovação do parlamentarismo pela Comissão de Sistematização.

Magalhães diverge de Sarney e sai do PFL

Recife — Sob alegação de que "é normal a divergência episódica mas inaceitável a dissidência permanente", o ex-governador Roberto Magalhães anunciou ontem à tarde o seu desligamento do PFL. E celebrou o gesto mandando uma carta de 54 linhas para o presidente do partido em Pernambuco, Joel de Holanda, e concedendo uma entrevista na qual acusou o presidente Sarney de ter "ressuscitado a política no trabuco (perseguições) da República Velha".

"Estou em busca de um partido social-democrata", disse Magalhães. Ressaltou, porém, que sua nova opção partidária ("Vou gozar um pouco da liberdade de não ter legenda") vai depender do candidato a Presidente que vier a apoiar. De cara, porém, ele fez elogios a Aureliano Chaves e Antônio Ermirio de Moraes, embora ressaltasse que nenhum dos dois tem se mostrado disposto a entrar na disputa. Disse que é amigo pessoal de Leonel Brizola, "embora entre nós exista uma divergência ideológica pois ele é socialista e eu social-democrata".

Magalhães estava acompanhado na entrevista por apenas dois políticos do PFL estadual — os suplentes de deputado estadual Cantalício Cabral e Ribeiro Godoi, que imediatamente informaram o desligamento do PFL. Após a entrevista, porém, ele atendeu no escritório no bairro da Boa Vista inúmeros telefonemas de prefeitos em solidariedade. "Estou saindo sozinho", disse, "mas é assim, sem partido, que está a maioria do povo brasileiro". E acrescentou: "As andorinhas vivem em bando mas voam baixo e as águias, que andam sozinhas, voam alto".

A reação do PFL foi diversa. Marco Maciel tentou convencê-lo a



Ex-governador critica Governo

adiar a decisão mas desistiu. O ex-governador Gustavo Krause disse que o respeito mas não pretende deixar o partido. Na assembleia Legislativa a bancada do PFL informou, pelo vice-líder Carlos Porto, que deseja permanecer no PFL embora tenha esperança de no futuro marchar ao lado do nosso líder".

Na carta e na entrevista, Roberto Magalhães diz que saiu porque vinha discordando do partido desde a eleição de 1986, quando defendida o ingresso na oposição e porque não concorda com o presidente Sarney. Ele tomou a decisão domingo, quando encarou a "gota d'água que faltava para o afastamento": os seis votos que a bancada federal do PFL de Pernambuco deu a favor dos cinco anos para Sarney, quando a Executiva Regional havia apoiado os quatro anos.

TSE prevê atraso de um mês

O sucessor do presidente José Sarney será proclamado 30 dias antes da posse, prevista para 15 de março de 1989. Conforme os cálculos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o resultado do segundo turno do pleito será oficialmente anunciado só por volta do dia 15 de fevereiro.

A persistirem as estimativas do TSE, o candidato eleito terá apenas o prazo de 30 dias para formar seu ministério e familiarizar-se com a máquina administrativa do Governo. Essas hipóteses, contudo, dependem da fórmula de votação empregada. Se mantido o atual sistema de votação por cédulas, a previsão do TSE é de que o resultado só sairá em fevereiro de 89.

Uma possibilidade capaz de apressar a apuração do resultado final da eleição seria a aplicação de um esquema informatizado no ato da votação. Contudo, até o momento não existe no TSE nenhum estudo concreto nesse sentido, embora a confecção dos novos modelos de títulos eleitorais em 1986 tenha sido feita já considerando esta possibilidade.

Com uma estimativa de participação de 70 milhões de eleitores nas eleições presidenciais, o atual sistema de votação e apuração pressupõe o conhecimento do resultado preliminar do primeiro turno 20 dias depois do pleito.